

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
(ESPECIALIZAÇÃO) EM
DIREITO TRIBUTÁRIO

Campo Limpo Paulista - 2018

UNIFACCAMP
Centro Universitário Campo Limpo Paulista

UNIFACCAMP
Centro Universitário Campo Limpo Paulista

UNIFACCAMP
Centro Universitário Campo Limpo Paulista

UNIFACCAMP
Centro Universitário Campo Limpo Paulista

UNIFACCAMP
Centro Universitário Campo Limpo Paulista

UNIFACCAMP
Centro Universitário Campo Limpo Paulista

UNIFACCAMP
Centro Universitário Campo Limpo Paulista

UNIFACCAMP
Centro Universitário Campo Limpo Paulista

UNIFACCAMP
Centro Universitário Campo Limpo Paulista

UNIFACCAMP
Centro Universitário Campo Limpo Paulista

UNIFACCAMP
Centro Universitário Campo Limpo Paulista

UNIFACCAMP
Centro Universitário Campo Limpo Paulista

UNIFACCAMP
Centro Universitário Campo Limpo Paulista

UNIFACCAMP
Centro Universitário Campo Limpo Paulista

CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO LIMPO PAULISTA
COORDENADORIA DE EXTENSÃO E PESQUISA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* (ESPECIALIZAÇÃO) EM
DIREITO TRIBUTÁRIO

**Organizado nos termos da Resolução CES 01/2001 do Conselho Nacional de Educação*

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento

Programa de Pós-Graduação Lato Sensu (especialização) em Direito Tributário

Área do Conhecimento: Direito/Ciências Contábeis e Administração de Empresas.

Forma de oferta: presencial

2. Justificativa

A opção do constituinte pelo federalismo e a consequente autonomia concedida aos entes federados, expressa na competência tributária a eles atribuída, formou um complexo sistema tributário nacional. Em consequência, surgiu a necessidade de se capacitar profissionais com uma visão técnica e prática para atuar junto às pessoas físicas e jurídicas no exercício das atividades consultivas e contenciosas (administrativas ou judiciais), buscando lhes prestar um melhor assessoramento.

3. Histórico da Instituição

A Faculdade Campo Limpo Paulista iniciou suas atividades após o seu credenciamento pela portaria MEC 1494/98, publicada no Diário Oficial da União no dia 30 de dezembro de 1998. No ano de 1999, realizou o primeiro processo seletivo para o seu único curso autorizado até então: o bacharelado em Administração, com habilitação em Comércio Exterior. Ainda no ano de 1999, a instituição teve autorizado o seu bacharelado em Ciência da Computação pela portaria MEC 811/99, publicada no Diário Oficial da União em 18 de maio de 1999. O primeiro processo seletivo para este curso ocorreu, em caráter excepcional, no mês de julho de 1999, tendo a primeira turma iniciado suas atividades acadêmicas em agosto deste mesmo ano.

No ano de 2000, o Ministério da Educação autorizou o enriquecimento do curso de Administração com mais duas habilitações: Análise de Sistemas e Serviços de Turismo. Em 2001, foram autorizados os cursos de Comunicação Social, nas habilitações de Jornalismo, Publicidade e Propaganda, e Relações Públicas, os quais foram reconhecidos em março de 2005, e Engenharia de Telecomunicações. Recentemente, foi autorizado, pelo Ministério da Educação, o curso de Direito e está em tramitação, junto aos órgãos competentes, o projeto de criação do curso Normal Superior.

O crescimento dos projetos isolados de extensão e pesquisa levou o Conselho Superior da Faculdade a criar, em março de 2002, a Coordenadoria de Extensão e Pesquisa como forma de incentivar atividades de extensão e, ao mesmo tempo, garantir recursos que apoiem atividades de pesquisa. Passos significativos foram dados para o desenvolvimento das condições iniciais de implementação

de futuros programas de pós-graduação stricto sensu na instituição, entre eles, a abertura de cursos lato sensu, iniciada no ano de 2003, primeiramente, na área de Administração de Empresas, e, recentemente, em Comunicação Social, com perspectiva de iniciação na área da Educação, com o curso de Administração Educacional neste ano.

A atuação da Faculdade é crescente, ultrapassando os limites da sala de aula, por meio de atividades paradigmáticas de formação complementar e projetos de extensão, que envolvem a comunidade local e vão ao encontro de seus verdadeiros objetivos sociais. A Faculdade Campo Limpo Paulista tem como objetivos:

- a formação de profissionais e especialistas de nível superior, comprometidos com a transformação da sociedade e inspirados nos princípios democráticos;
- a realização de pesquisas e o estímulo de atividades criadoras;
- a extensão do ensino e da pesquisa à comunidade, mediante atividades de extensão e de prestação de serviços;
- a promoção da extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;
- a formação, em cursos de graduação presenciais ou à distância, de profissionais e especialistas de nível superior, compromissados com a realidade e com a solução dos problemas nacionais e da região;
- a promoção do intercâmbio e da cooperação com instituições de ensino dos diversos graus, tendo em vista o desenvolvimento da educação, da cultura, das artes, das ciências e da tecnologia;
- a participação no desenvolvimento socioeconômico do País e, em particular, da região de Campo Limpo Paulista, como organismo de consulta, assessoramento e prestação de serviços, em assuntos relativos aos diversos campos do saber;
- a promoção de programas e cursos de pós-graduação, de atualização, de extensão e seqüenciais, nas modalidades presencial e à distância;
- a promoção de ações educativas para conscientização da comunidade, visando à compreensão dos direitos e deveres humanos, da cidadania e do exercício pleno da liberdade e da democracia;
- o respeito e a difusão dos princípios universais dos direitos humanos e da preservação do meio ambiente.

4. Objetivos do curso

- Trata-se de um curso com ênfase na prática, que visa ampliar a competência profissional do aluno para atuar com o Direito Tributário. Para tanto, serão examinadas questões de cunho prático, por intermédio da análise de processos administrativos tributários, processos judiciais e de decisões dos Tribunais.

- As matérias que constam do programa serão sempre aplicadas tendo como paradigma uma peça prática, competindo a sua explanação a um profissional que desenvolve a atividade a ele correlata.

5. Público-alvo

- Profissionais de nível superior, graduados em Direito, Administração de Empresas e em Ciências Contábeis, que pretendam atuar nas atividades consultivas e contenciosas administrativas e judiciais tributárias;

- Servidores públicos que atuem nas administrações tributárias federal, municipal e estadual.

6. Concepção do Programa

O curso se propõe a desenvolver estudos e análises teóricas elementares que possam conduzir o aluno ao desenvolvimento de atividades práticas, capacitando-o, assim, a atuar com proficiência nas atividades consultivas e contenciosas administrativas e judiciais;

Inicia-se apresentando o Direito Tributário no plano do Sistema Tributário Nacional, previsto na Constituição Federal Brasileira, posteriormente, derivando para o estudo dos enunciados legislativos do Código Tributário Nacional, com ênfase no estudo da obrigação tributária, e da jurisprudência dos tribunais superiores, com o estudo de “leading case”. Em seguida, são apresentadas questões afetas ao Direito Tributário Instrumental, com o Processo Judicial Tributário, findando o curso com o estudo do Direito Penal Tributário.

7. Carga horária

A carga horária total, prevista para o Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Tributário, da Faculdade Campo Limpo Paulista, é de 368h/a. Das horas apresentadas na grade curricular abaixo, vinte e cinco por cento se refere à atividade extraclasse.

8. Período e periodicidade

1º semestre: fevereiro a junho.

2º semestre: julho a dezembro.

Turno: noturno - 4 h/a

Aulas: duas noites. Segunda-feira e quarta-feira, das 19h10 às 22h30.

10. Conteúdo Programático e carga horária (grade curricular)

Módulo	Horas/Aula
1. Direito Constitucional Tributário I – Estudo da competência e da capacidade tributária; Processo Legislativo; Legislação Tributária;	32 hs

Direitos fundamentais e tributação. Segurança Jurídica do Contribuinte.	
2. Direito Constitucional Tributário II – Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar - Imunidades Tributárias no texto da Constituição, na doutrina e na jurisprudência; Princípios Constitucionais Gerais e Princípios Constitucionais Tributários específicos.	32 hs
3. Metodologia do Trabalho Científico – Orientação ao aluno para produção de trabalho de pesquisa científica.	32 hs
4. Obrigação Tributária I – Elementos Constitutivos. A Regra Matriz de Incidência Tributária - Hipótese de incidência, fato gerador, relação jurídico-tributária. A Regra Matriz de Incidência Tributária. Sujeitos da relação jurídico-tributária – contribuinte e responsável (responsabilidade tributária).	32 hs
5. Obrigação Tributária II – O Lançamento Tributário de Ofício e a constituição do crédito tributário. O objeto da relação jurídico-tributária: o crédito tributário. A sua constituição pelo lançamento fiscal. A Auditoria Fiscal e o procedimento prévio da constituição do crédito tributário pelo lançamento de ofício. Arrolamento de Bens. Representação Fiscal para fins penais.	32 hs
6. Obrigação Tributária III – O Lançamento Tributário por homologação e as obrigações instrumentais. A constituição do crédito tributário pelo lançamento por homologação. Estudo da súmula 436 do STJ. Obrigações instrumentais (accessórias) no Direito Tributário – estudo das espécies federais de declarações (DAA-IRPF E IRPJ, DCTF, GFIP, DASN, DACON, DIMOB, DOI, DEFIS, DIRF e DBF).	32 hs
7. Obrigação Tributária IV – O processo Administrativo Fiscal. Revisão do Lançamento Tributário e Processo Administrativo Fiscal – Introdução, Estudo da Lei do Processo Administrativo Tributário Federal, Hipóteses legais em que o lançamento pode ser revisto, estudo da dicotomia entre lançamento provisório e definitivo, vícios que autorizam a sua revisão e seus efeitos.	16 hs
8. Obrigação Tributária V – Causas de suspensão e exclusão do crédito tributário. A suspensão e a exclusão do crédito tributário (estudo da isenção e anistia).	32 hs
9. Obrigação Tributária VI – Causas de extinção do crédito. O pagamento – aspectos gerais, a repetição do indébito, as multas tributárias	32 hs

Conversão do depósito em renda. Compensação. Remissão. Transação. A dação em pagamento. Prescrição e decadência.	
10. Processo Judicial Tributário I – Estudo das espécies de Ações Tributárias. Mandado de Segurança em matéria tributária. Ação Declaratória Tributária. Ação Anulatória Tributária. Ação Consignatória Tributária. Ação de Repetição do Indébito Tributário.	32 hs
11. Processo Judicial Tributário II – Juizados Especiais Federais, Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei 12.153/2009), Dívida Ativa e Ação de Execução Fiscal e Embargos à execução Fiscal.	32 hs
12. Direito Penal Tributário – Estudo dos crimes contra a ordem tributária.	32 hs
Total	368 hs

11. Metodologia

Aulas expositivas, estudos de casos concretos, seminários, elaboração e desenvolvimento de trabalhos individuais e/ou em grupos, e elaboração de projetos para o TCC (Trabalho de Conclusão de Curso).

12. Sistemas de Avaliação

Presença obrigatória em, no mínimo, 75% do conjunto das atividades regulares desenvolvidas no Programa. A nota mínima é 6,0 (seis) por disciplina. Cada uma delas contará com aplicação de provas e/ou elaboração de trabalhos (individuais ou em grupo, a critério de cada docente), bem como proposição de exercícios e estudos de caso. Ao final do ano letivo, é obrigatória a entrega de um trabalho (monografia), a ser desenvolvido individualmente.

13. Controle de frequência

A aprovação requer frequência de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária prevista para cada disciplina, que será controlada pelos professores do curso a partir do registro de presença.

14. Monografia

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será um trabalho individual, de caráter teórico, prático e experimental, realizado pelo aluno sob orientação docente, conforme regulamento específico, com o objetivo de aplicar, integrar e compatibilizar os diversos conhecimentos adquiridos ao longo do curso.

15. Certificado

A Faccamp oferecerá aos alunos o certificado de Pós Graduação Lato – Sensu (especialização) em Gestão Pública, aos alunos que concluírem todos os módulos, obtendo nota mínima mencionado no item 18, e tiver no mínimo 75% frequência e entregar o trabalho de conclusão mencionado no item 20.

16. Coordenação e docência

Prof Esp. Marco Antônio de Mello Pacheco Neves

Procurador da Fazenda Nacional.

Especialista em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBET), sob a coordenação do Prof. Paulo de Barros Carvalho (SP);

Especialista em Análise de Sistemas (PUC-RJ);

Pós-graduado (*lato sensu*) em direito pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro;

Graduado em Direito (Universidade de Taubaté - SP);

Graduado em Administração de Empresas (Universidade de Taubaté);

Professor do curso de Direito da Faculdade de Campo Limpo Paulista (Faccamp);

17. Docentes:

Profª. Ms. Diana Helena de Cássia Guedes Mármora

Advogada.

PhD em Filosofia da Educação pela Flórida Christian University - Orlando, Flórida, EUA (2012).

Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001).

Graduação em Direito pela Universidade de Mogi das Cruzes (1986)

Professora da Faculdade de Campo Limpo Paulista e da Universidade de Mogi das Cruzes.

Prof. Fernando César Carrusca Vieira

Juiz Federal Substituto do Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Graduado em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais

Especialista em Direito Público e Direito Processual Penal pelo CAD-UGF.

Mestrando em Direito Público pela Fundação Getúlio Vargas – SP

Instrutor em formação do Conselho Nacional de Justiça em conciliação e mediação

Prof. Ms. Marcelo Aversa

Membro pesquisador da Rede WATERLAT – GOBACIT.

Doutorando e mestre em Planejamento e Gestão de Território pela UFABC.

Especialista em Direito Constitucional pela PUCCAMP (2004).

Graduado em Direito pela PUC-SP.

Desde 2002, vem atuando como gestor público nas áreas de assessoria jurídica, planejamento estratégico, participação popular e saneamento ambiental e, após 2014, como consultor em direito administrativo e em desenvolvimento institucional.

Prof. Esp. Neilor Tolentino Pincinato

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil.

Especialista em Direito Tributário pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) / 2010.

Pós-graduado em Ciências Penais – Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) / 2008.

Pós-graduado em Direito Processual – Universidade da Amazônia (Unama) / 2007.

Graduado em Direito - Faculdade de Direito Padre Anchieta de Jundiaí / 1999.
Graduado em Engenharia Eletrônica - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) / 1990.
Graduado em Ciência da Computação - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) / 1988.
Instrutor em Cursos de Formação do Concurso de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil.

Profª Ms. Sabrina Pierobon de Souza

Advogada.

Mestrado em Educação, com ênfase no ensino superior – PUC Campinas

Especialização em Direito Penal e Processual Penal – Escola Paulista de Direito – EPD

Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais - PUC Campinas

Profª Drª Thaís Battibugli

Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP);

Mestre em História Social (USP);

Graduada em História (Unicamp);

Graduada em Gestão Pública (FGV) – tecnólogo.

Professora do curso de Direito e História da Faculdade Campo Limpo Paulista (Faccamp);